

Magalhães decide pela cassação

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), decidiu que a pena a ser apontada aos envolvidos em irregularidades na Comissão de Orçamento será a cassação do mandato. Se o investigado for inocente, receberá no relatório final a inscrição “nada consta”; se for suspeito,

mas existirem poucas provas contra ele, será esclarecido que não houve indícios maiores, o que não impede a continuidade das investigações pelas Mesas Diretoras do Senado e da Câmara.

Com a decisão de Magalhães de não mais apontar para as Mesas da Câmara e do Senado a suspensão

do mandato de suspeitos de envolvimento nas irregularidades na Comissão de Orçamento, a situação de Fiúza complicou-se. Até agora, Roberto Rollemburg não havia decidido se pediria a suspensão do mandato ou a cassação de Fiúza. Se quiser penalizar o deputado de Pernambuco, Rollemburg terá que sugerir a cassação de Ricardo Fiúza.